

IV - SP-127 - do perímetro urbano de Rio Claro, no km 0+000, até o entroncamento com a SP-280, em Tatui.".

Artigo 2.º - Os dispositivos a seguir relacionados do Decreto n.º 41.773, de 12 de maio de 1997, passam a vigorar com a redação que se segue:

I - a ementa enunciativa:

"Aprova o Regulamento da Concessão dos serviços Públicos de Exploração da malha rodoviária de ligação entre Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiá, Itu e Campinas.";

II - o artigo 1.º:

"Artigo 1.º - Fica aprovado o Regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual de ligação entre Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiá, Itu e Campinas.".

Artigo 3.º - Os dispositivos a seguir relacionados do Regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário Estadual 2correspondente ao Lote 13, aprovado pelo Decreto n.º 41.773, de 12 de maio de 1997, passam a vigorar com a redação que se segue:

I - a ementa enunciativa:

"Regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual de ligação entre Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiá, Itu e Campinas - Lote 13";

II - o artigo 1.º:

"Artigo 1.º - Este Regulamento tem por objetivo disciplinar a exploração, mediante concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual de ligação entre Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiá, Itu e Campinas, compreendendo sua execução, gestão e fiscalização, conforme autorizado pelo Decreto n.º 40.633, de 16 de janeiro de 1996, alterado pelo Decreto n.º 41.772, de 12 de maio de 1997.";

III - o artigo 2.º e seus incisos:

"Artigo 2.º - O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidos, compreendendo os seguintes trechos:

I - SP-075 - do km 15+000 até o km 77+600;

II - SP-127 - do km 0+000 até o km 32+026;

III - SP-127 - do km 39+900 até km 105+900;

IV - SP-280 - do km 79+380 até o km 129+600;

V - SP-300 - do km 64+600 até o km 103+000;

VI - SP-300 - do km 108+900 até o km 158+650.";

IV - o artigo 3.º:

"Artigo 3.º - Ao Sistema Rodoviário, descrito no artigo anterior, serão incorporadas todas as ampliações a serem implantadas durante o período da concessão, inclusive aquelas que vierem a ser executadas pelo Poder Concedente visando complementar o Sistema Rodoviário, em especial as duplicações da SP-075, entre o km 36+600 até o km 38+850, do contorno de Itu na SP-300 e da SP-127 entre o km 0+000 até o km 32+026.".

Artigo 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de maio de 1997.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de novembro de 1997

MÁRIO COVAS

Michael Paul Zeitlin

Secretário dos Transportes

Walter Feldman

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de novembro de 1997.

DECRETO N.º 42.532, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1997

Altera a redação de dispositivo do Decreto n.º 29.884, de 4 de maio de 1989

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da exposição oferecida pelo Secretário dos Transportes,

Decreta:

Artigo 1.º - O artigo 1.º do Decreto n.º 29.884, de 4 de maio de 1989, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1.º - Fica outorgada à DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., permissão de serviços para exploração industrial, nos termos dos artigos 68, 69 e 70 da Constituição do Estado de São Paulo, dos terminais rodo-hidroviários, marítimos ou fluviais.

Parágrafo único - Para o atendimento dos serviços de que trata o "caput" deste artigo, poderá a DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. celebrar convênios, firmar contratos e tudo o mais que for necessário, observada a legislação vigente e mediante prévia autorização do Secretário dos Transportes".

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de novembro de 1997

MÁRIO COVAS

Michael Paul Zeitlin

Secretário dos Transportes

Walter Feldman

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de novembro de 1997.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

(anexo ao Decreto n.º 42.532, de 21 de novembro de 1997)

O Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes, neste ato representado por seu Titular e DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., neste ato representada por seu Diretor-Presidente, firmam o presente Termo de Aditamento ao convênio firmado em / / , para retificar os incisos I das CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA, na seguinte conformidade:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constituem objeto deste convênio:

I - a execução, pela DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., dos serviços a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 29.884, de 4 de maio de 1989 com a nova redação dada pelo Decreto n.º 42.532, de 21 de novembro de 1997, incluindo-se a administração do Porto de São Sebastião.

CLÁUSULA SEGUNDA - Compete ao DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.:

I - explorar industrialmente os serviços definidos no artigo 1.º do Decreto n.º 29.884, de 4 de maio de 1989 com a nova redação dada pelo Decreto n.º 42.532, de 21 de novembro de 1997.

DECRETO N.º 42.533, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre o regime da permissão de uso de imóvel localizado no Pico do Jaraguá, Município e Comarca desta Capital

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - A permissão de uso deferida em favor da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., nos termos do Decreto n.º 33.011, de 25 de fevereiro de 1991, tendo por objeto o imóvel consistente na área de terreno, com 1.400,00m² (hum mil e quatrocentos metros quadrados), localizado no Pico do Jaraguá, Município e Comarca desta Capital, com as medidas, características e confrontações constantes do memorial descritivo e planta anexos ao Processo n.º 21.718/61, da Procuradoria Geral do Estado, passa a ser remunerada, regendo-se pelas disposições deste decreto.

Parágrafo único - Cabe à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado, formalizar, mediante termo próprio, as modificações determinadas por este decreto.

Artigo 2.º - A Secretaria do Meio Ambiente e a Procuradoria Geral do Estado adotarão as medidas administrativas necessárias, visando adequar às disposições dos artigos 3.º e 4.º deste decreto as situações de outras entidades que, nesta data, mantêm instalações no local referido no artigo 1.º.

Parágrafo único - Os usuários que não concordarem com as alterações determinadas por este decreto terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para desocupar o local, retirando as instalações que não tenham sido incorporadas ao terreno, sem prejuízo de sua responsabilidade civil por eventuais danos.

Artigo 3.º - A permissão de uso de que trata este decreto é deferida, sem exclusividade, mediante remuneração a ser recolhida pelas entidades beneficiárias, na seguinte conformidade:

I - organizações privadas que comercializem direta ou indiretamente transmissões de imagens, sons ou dados: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) por mês;

II - outras organizações privadas que utilizem sistemas de comunicações como apoio as suas atividades principais: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) por mês;

III - instituições sem fins lucrativos: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) por mês.

§ 1.º - O Secretário do Meio Ambiente, mediante ato específico, poderá dispensar do pagamento de que trata este artigo, total ou parcialmente:

1. os órgãos públicos e as entidades benemerentes ou de reconhecida utilidade pública, cujas atividades não tenham fins lucrativos;

2. as entidades particulares que, alternativamente ao pagamento em espécie, optem pela realização, às suas expensas, com pessoal e meios próprios ou contratados, de serviços e obras destinados à conservação e aprimoramento do Parque Estadual do Jaraguá, tendo como parâmetro os valores constantes do artigo 3.º e obedecidos plano de trabalho aprovado pelos órgãos competentes da Secretaria do Meio Ambiente.

§ 2.º - Os preços constantes deste artigo serão reajustados anualmente, com base na variação do valor da UFESP.

Artigo 4.º - A permissão de uso será formalizada através de termo próprio, a ser lavrado na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado, do qual deverão constar condições que obriguem os beneficiários a:

I - pagar a remuneração devida, na forma deste decreto;

II - manter passagem ampla, desimpedida, com todo conforto e segurança para os que desejam atingir o local onde será erguido o monumento ao apóstolo São Paulo;

III - atender às determinações da Diretoria do Instituto Florestal, no tocante à segurança, limpeza e conservação da área;

IV - cumprir as exigências do Estado que, a qualquer tempo, forem consideradas necessárias ou oportunas, tendo em vista a finalidade pública, inclusive a de aumentar a passagem existente ou de abrir novas passagens na área;

V - comunicar imediatamente à Direção do Instituto Florestal qualquer fato novo ou relevante,

a respeito de aspectos técnicos ou de uso e conservação da área;

VI - transmitir aos órgãos públicos competentes qualquer fato ou alteração havida quanto aos usuários de seus equipamentos, sendo vedado o transpasse da autorização a terceiros, sem prévia e expressa manifestação dos órgãos da Secretaria do Meio Ambiente;

VII - restringir a utilização do imóvel e dos equipamentos instalados aos fins que motivaram a permissão;

VIII - obrigação de retirar-se do imóvel, independentemente de quaisquer indenizações, inclusive por benfeitorias, quando exigido pelo Estado.

Artigo 5.º - Os novos interessados em obter permissão para a instalação de equipamentos de transmissão, na área objeto deste decreto, deverão apresentar requerimento instruído com projeto técnico compatível, ao Diretor do Instituto Florestal, que ouvirá os responsáveis técnicos pelas instalações existentes, instruirá o processo e o submeterá ao Secretário do Meio Ambiente para decisão.

§ 1.º - Deferido o pedido, os autos serão encaminhados à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, para os fins previstos no artigo 4.º deste decreto.

§ 2.º - O requerimento somente será indeferido, mediante ato fundamentado em caso de impossibilidade ou inadequação técnica, manifesta inconveniência administrativa ou risco de prejuízo ambiental.

Artigo 6.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de novembro de 1997

MÁRIO COVAS

Fábio José Feldmann

Secretário do Meio Ambiente

Walter Feldman

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 21 de novembro de 1997.

DECRETO N.º 42.459, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Administração Penitenciária, visando ao atendimento de despesas Correntes

Retificação do D.O. de 8-11-97

Na Tabela 2, Redução, leia-se como segue e não como constou:

TABELA 2@REDU:		REDUÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA		FR	GD	VALOR	
21000	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO				
	TOTAL	1	7		4.259.847,00
	NOVEMBRO				4.259.847,00

GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Secretário: ANTONIO ANGARITA
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845-3344

CASA MILITAR

Despacho do Ordenador de Pagamento, de 21-11-97

Acolhendo a justificativa das Autoridades competentes, responsáveis pela unidade de Despesa mencionada que demonstrou a satisfação do requisito de relevante razão de interesse público de que trata a parte final do art. 5.º do Estatuto das Licitações, LF 8.666-93, na redação consolidada determinada pela LF 8.883-94, para justificar o pagamento independentemente da Ordem Cronológica da respectiva exigibilidade de cada uma das despesas, já efetuadas após regular contratação, a seguir indicadas.

a) Pagamentos imprescindíveis ao bom andamento do serviço público na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica.

b) Em atendimento a mensagem 97003257 da Emissora 200002, emitida em 21-11-97.

U.G.O - 280013 - Coordenação da Casa Militar

U.G.F 280003 - Casa Militar

U.G.E 280106 - Administração da Casa Militar

PD	VENCIMENTO	VALOR	EMPRESA
97PD00458	6-10-97	R\$ 116.414,71	CORREIO
97PD00507	4-11-97	R\$ 70.070,17	CORREIO
97PD00521	12-11-97	R\$ 51.787,61	TELESP
VALOR TOTAL		R\$ 238.272,49	

ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Secretário: ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - Fone: 845-3344

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Chefe de Gabinete, de 21-11-97

Referente Processo SEP nº 0988/97

Ratificando a dispensa de licitação para a contratação da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, objetivando a emissão do seguro do imóvel da SEP localizado à Rua Iguatemi, 119, para o período de 30/11/97 a 30/11/98, no valor total de R\$ 5.991,88 com base no Artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94.

COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Portaria da Diretora

INSTRUÇÃO GPDO Nº 22 /97

Dispõe sobre a Classificação Institucional da Secretaria de Energia

A Diretora do Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Orçamentário, tendo em vista a edição do Decreto nº 42.512, de 19 de novembro de 1997, resolve:

Artigo 1º - A Classificação Institucional da Secretaria de Energia passa a vigorar com a seguinte codificação, já adequada ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFEM/SP:

OR. U.O. U.G.O. U.D.U.G.E.

15000				SECRETARIA DE ENERGIA
15000	15001	150010		Secretaria de Energia
15000	15001	150010	150101	Gabinete do Secretário e Assessorias
15000	15001	150010	150102	Departamento de Administração
15000	15055	152101	152101	Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE
15000	15090	153101	153101	Companhia Energética de São Paulo - CESP
15000	15091	153201	153201	Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL
15000	15092	153301	153301	Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS
15000	15099	153401	153401	Eleticidade de São Paulo S/A - ELETROPAULO

Artigo 2º - Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de outubro de 1997, ficando revogada a Instrução GPDO nº 14/93.

COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Extrato de Termo de Convênio

PROCESSO SEP: 0419/97

CONVÊNIO: 141/97

PARECER JURÍDICO: CJ-SEP 115/97

PARTÍCIPE: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO/COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE BROTAS

OBJETO: Construção de escola com 373,50m2 na Rua Graziela Piva de Castro esquina com a Rua Joaquim José Macedo, no Bairro Campos Elíseos.

VIGÊNCIA: O prazo para execução do presente Convênio será de até 270 dias, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR TOTAL DO CONVÊNIO: R\$ 93.469,20 dos quais R\$ 93.469,00 de responsabilidade do Estado e o restante de responsabilidade da Prefeitura.

RECURSOS: Ano 1997. Natureza da Despesa. 494031-01 - Transferências à Municípios para Despesas de Capital, Código 290107 - CAR, Programa de Trabalho Resumido 290111 - Programa de Implantação de Projetos Especiais - IPE, da dotação orçamentária do corrente exercício da SEP/CAR.

ASSINATURA: 20/11/97

Extrato de Termo Aditivo

PROCESSO SEP: 0617/95

CONTRATO: 204/96

PARECER JURÍDICO: CJ-SEP nº 178/97

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO/COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO REGIONAL.

CONTRATADA: XEROX do Brasil LTDA.

CLÁUSULAS RETIFICADAS: TERCEIRA, QUARTA E SÉTIMA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO. O presente termo aditivo terá vigência de 12 meses a partir de 29/08/97.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO: Para a prestação dos serviços, objeto deste instrumento, fica acertado o preço mensal estimado de R\$ 10.245,09, à partir da assinatura do contrato.

VALOR DO CONTRATO: Para a prestação dos serviços, objeto deste instrumento fica acertado o preço mensal estimado de R\$ 10.245,09 a partir da assinatura do contrato.

ERRATA

Fica excluído o item XIV, página 15 do Manual de Normas de Publicação no Diário Oficial, encartado no D.O. de 8 de novembro de 1997, que dispõe sobre a competência para praticar atos de adjudicação e homologação em licitações, em virtude de divergências doutrinárias acerca da matéria.

Sobre o assunto, prevalece a orientação da Procuradoria Geral do Estado manifestada em parecer divulgado no D.O. de 22-2-97.